

LITORAL NORTE SERGIPANO: HISTÓRIA E PERSPECTIVAS SÓCIO-ECONÔMICAS *

Paulo Heimar Souto **

Resumo: O Litoral Norte de Sergipe, definido neste trabalho pelos municípios da Barra dos Coqueiros, Pirambu, Pacatuba e Brejo Grande, é uma área com graves problemas sociais e econômicos desde os primórdios da colonização sergipana. Apresenta de forma geral uma sub utilização de terras e o predomínio de atividades econômicas ligadas ao setor primário. O extrativismo vegetal e mineral é inexpressivo. A pesca merece destaque apenas no município de Pirambu, enquanto nos demais é decadente. A forte concentração fundiária, a escassa malha viária e a pequena expressão econômica, são fatores que têm contribuído para a forte evasão populacional na área. Assim, este estudo visa analisar a organização espacial do Litoral Norte sergipano, buscando contextualizar historicamente a área desde o período colonial até os nossos dias, caracterizando a região por meio dos aspectos físicos e sócio-econômicos.

Palavras-chave: litoral norte sergipano; história; perspectivas

Em função de características econômicas e ecológicas peculiares, o litoral brasileiro constitui-se em um dos segmentos do território que vem passando por inúmeras e rápidas transformações nas últimas décadas. A crescente mobilidade mundial de capitais, informações, mercadorias e pessoas, têm contribuído para a valorização das áreas litorâneas e suas adjacências.

O Litoral Norte de Sergipe, definido neste trabalho pelos municípios da Barra dos Coqueiros, Pirambu, Pacatuba e Brejo Grande, ocupando uma área de 946 km² (2,66% da superfície estadual), estando situado entre as desembocaduras dos rios Sergipe e São Francisco.

É uma área com graves problemas sociais e econômicos desde os primórdios da colonização sergipana. A distribuição da terra apresenta-se altamente concentrada, não fugindo ao padrão brasileiro. A área apresenta de forma geral, uma subutilização de terras. Esse fato se deve, sobretudo, à pobreza dos solos e a fragilidade da malha viária.

* Síntese parcial da dissertação de Mestrado em Geografia/NPGeo/UFS.

** Professor do Departamento de Educação/UFS.

Apresenta predomínio de atividades econômicas ligadas ao setor primário, merecendo destaque o cultivo do coco-da-baía. O extrativismo vegetal e mineral é inexpressivo. A pesca merece destaque apenas no município de Pirambu, enquanto nos demais é decadente.

A forte concentração fundiária, a escassa malha viária, e pequena expressão econômica, têm contribuído com a forte evasão populacional da área. Apenas a Barra dos Coqueiros apresenta forte crescimento populacional nas últimas décadas, fato este relacionado à expansão urbana de Aracaju e a recente construção do Terminal Portuário Marítimo.

A escolha desta temática surgiu após as reflexões sobre o quadro geral da área de estudo, bem como da exigüidade de estudos histórico-geográficos naquela área. Deste modo, este estudo pautou-se no resgate histórico do Litoral Norte de Sergipe desde o período colonial até os nossos dias, buscando diagnosticar as atuais perspectivas sócio-econômicas da população local.

Para tal, foi realizado um levantamento bibliográfico e cartográfico da área. Foram aplicadas entrevistas com líderes locais e representantes de órgãos públicos, além de 80 questionários com a população dos diferentes municípios, visando mensurar problemas e perspectivas frente a sua região.

1. BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA

O território sergipano fez parte da Capitania da Bahia que se estendia em distância de cinqüenta léguas, desde da barra do rio São Francisco à ponta da Bahia de Todos os Santos.

Área estratégica situada entre a Bahia e Pernambuco, Sergipe antes de ser efetuada a colonização, foi local de refúgio para os índios que fugiam da colonização portuguesa iniciada na Bahia.

O Padre Gaspar Lourenço foi um dos primeiros missionários da Coroa Portuguesa a atuar na catequese em Sergipe, estabelecendo-se inicialmente, em 1575, às margens do rio Real em uma aldeia indígena. Com a difusão da notícia da chegada dos padres, inúmeros chefes indígenas atemorizados pela presença dos soldados da Coroa, foram solicitar paz aos missionários, pois eram conhecedores das agressões cometidas pelos soldados e pelos seus poderes de devassidão.

O temor dos índios de Sergipe logo se tornou realidade uma vez que os soldados que escoltaram o padre Gaspar Lourenço começaram a agredir os índios ao roubarem suas esposas, filhas e irmãs, obrigando-os a fugir para a aldeia do cacique Aperipê.

Desta forma, desarticularam-se todos os planos de conquista pacífica iniciada pelo padre, tendo como maior agravante, a recepção hostil realizada pelos morubixabas Serigi, Surubi e Aperipê ao governador Luiz de Brito em visita às terras sergipanas. Tal fato decorreu em virtude de que, os índios se sentiram traídos pelos jesuítas devido a permanência dos soldados próximos as suas aldeias.

As hostilidades culminaram em verdadeira batalha entre os índios e soldados, que resultou na vitória das tropas lusas e no massacre dos índios, conforme nos relata Freire:

... Brito obtém vitória na luta, em que morre Surubi, sendo presos Serigi, Aperipê, e mais mil e duzentos índios enclausurados na igreja de S. Tomé e depois conduzidos para a Bahia, onde todos morrem. (Freire, 1977, p. 77)

No decorrer da segunda metade do século XVI, a costa sergipana já era freqüentada pelos traficantes franceses em busca do pau-brasil. Era a barra do rio Sergipe (barra do Cotingüiba, como então era chamado) o ponto preferido por esses aventureiros, que contariam com a ajuda dos índios que viviam nessa área da Capitania. Esse fator atrelado à necessidade de povoar o território entre a Bahia e Pernambuco, contribuíram consideravelmente para o início da colonização de Sergipe como relata Souza:

No anno de 1590 governando interinamente a Bahia o Provedor-Mór da Fazenda Real Christovam de Barros por ter fallecido o governador Manoel Felix Barreto recebeu uma ordem de Felipe 2º de Hespanha e 1º de Portugal para que fosse refrear os insultos dos ferozes selvagens, os quais incorporados com os Francezes causavam por todo o vasto districto de Serzipe os dannos mais desastrosos. (Souza, 1808, p. 14-15)

Cristóvão de Barros inicia a colonização do território também motivado em vingar a morte de seu pai Antônio Cardoso de Barros, morto pelos caeté junto ao rio São Francisco. Sua empreitada resultou na dizimação quase total dos índios sergipanos e a expulsão dos franceses. Após a conquista, segundo as diretrizes da política colonizadora da metrópole, Cristóvão de Barros doou sesmarias:

... a religiosos, do clero regular e secular, pessoas de representação na Capital da Colônia onde exerciam cargos de projeção – ouvidor, provedor, escrivão, alcaides, almoxarifes... sem restrições de maior importância que não fosse a obrigatoriedade de ocupá-la. (Canabrava, 1968, p. 198)

A colonização e o povoamento foram efetuados no sentido do sul para o norte, dando-se prioridade a ocupação das margens e barras dos rios do território sergipano, tendo como ponto de partida o rio Real, a primeira sesmaria concedida em Sergipe foi "...a Antônio Cardoso de Barros, filho de Cristóvão de Barros, desde a barra do Japarutuba ao rio São Francisco" (Freire, 1977, p. 283), compreendendo a parte norte do território sergipano e no litoral a área de enfoque deste estudo.

O tamanho das sesmarias era expressivo, variando muito. Havia delas com área de 200 braças em quadro e uma com 30 léguas em quadro. O mais comum era doação com três léguas em quadro (uma légua equivale a seis quilômetros). As expressivas áreas das sesmarias, atreladas às boas pastagens sergipanas, tornaram-

se importantes para a expansão da pecuária. Desta forma, gradativamente os índios perderam suas terras, sendo as mesmas ocupadas por rebanhos que objetivaram, além da ocupação da Capitania, suprir os engenhos de açúcar da Bahia e de Pernambuco, sendo o gado fornecedor de força motora das moendas, no transporte da cana para os engenhos, do açúcar para os portos de embarque e ainda, para a alimentação da população em contínuo crescimento.

Após o estabelecimento de colonos em Sergipe, já em 1612, de acordo com Freire, “as rendas da Província eram anotadas como provenientes do dízimo do gado e meunças” (Freire, 1977, p. 95-96) comprovando, desta forma, a importância da pecuária no início da colonização.

A pecuária em Sergipe predominou nos séculos XVII e XVIII afastando-se para o sertão à medida que a cana ocupava o litoral. De acordo com Freire (1977), foi a partir de 1606, que a colonização em Sergipe ampliou-se para a região norte, “pelas margens do rio São Francisco”, registrando-se ao longo desse século, criatórios de gado “vacum”. Para Canabrava (1968) foi a existência de barreiras salgadas nas proximidades do rio São Francisco que se constituiu como fator decisivo para atrair rebanhos para a área, em virtude da importância do sal na alimentação dos animais. Outro fator importante para o povoamento dessa área, são as condições de navegabilidade das últimas sessenta léguas daquele rio, o que corresponde ao seu curso inferior.

Ainda no século XVII, chegaram a Sergipe os frades carmelitas, sendo responsáveis pelo incremento da ação missionária na Província. Outras ordens também foram responsáveis pela fundação de vários aldeamentos, conforme afirma Dantas:

Partindo da Bahia e Pernambuco, que eram também os pontos de irradiação da pecuária que se expandiu para o interior, seguindo o vale do São Francisco, jesuítas, capuchinhos, franciscanos e carmelitas fundaram missões entre os índios, como por exemplo a de São Félix de Pacatuba, fundada no final do século XVII, por capuchinhos. (Dantas, 1991, p. 40)

A participação de clérigos dessas ordens, na vida social e econômica da Província, foi muito destacada e, uma de suas preocupações era ampliar o patrimônio da igreja. Os carmelitas, que possuíam propriedades fundiárias em outras áreas da Província, também se fizeram presentes no Litoral Norte de Sergipe, pois na metade do século XVII:

O Convento de Carmo da Bahia comprou em 1650 a João de Barros Cardoso e a sua mulher D. Beatriz de Lima de Barros seis sítios de currais que vão da barra do rio Japarutuba no sentido norte até o rio São Francisco, limitando-se a oeste com o rio Poxim e a leste com o oceano Atlântico. (Silva, 1987, p. 4)

Inúmeras outras aquisições pelas ordens religiosas são relatadas, mas o que vale atentar é que as propriedades dos carmelitas no século XVII em Sergipe, re-

presentavam uma vasta área compreendida entre a foz do rio Japarutuba e a do rio São Francisco. É possível que, nesta área existissem alguns sítios de currais que não pertencessem àquela ordem religiosa. Outro detalhe importante é que a área em pauta era ocupada por duas aldeias indígenas comandadas pelos caciques Japarutuba e Pacatuba. Neste sentido, a presença missionária na Província, com objetivo de fundar missões, era apoiada por fazendeiros, que:

... querendo levar o seu gado às pastagens naturais existentes nas proximidades de aldeias indígenas, ajudavam o missionário a estabelecer-se entre os índios, pois a conversão deles, lhes tiravam o receio das incursões dos selvagens sendo chamados de índios mansos. (Dantas, 1991, p. 42)

Apesar dos carmelitas possuírem grandes extensões de terras no Norte de Sergipe (destacando-se a Fazenda Santa Isabel), a contribuição econômica desta área para a Província foi extremamente insignificante, pois existia pouco gado pastando e era reduzida a plantação de mandioca e legumes. Souza (1808) ao descrever o destino da produção dos seus rebanhos assim se expressa:

Ali abunda criação de todo gênero de gado, do qual parte vendem para o consumo de 'este termo e Comarca e parte enviam para o serviço dos seus engenhos na Capitania da Bahia. (Souza, 1808, p. 40)

Outros autores compactuam da mesma opinião, dentre eles Mott (1986), ao se referir à região do São Francisco sem destaque na vida econômica e social da Capitania. Para ele, esta área participou de forma "marginal e secundariamente na grande lavoura açucareira sergipana" durante os séculos XVIII e XIX. Tal afirmação, parte de comparações feitas pelo próprio autor da produção (exportação e importação) com outras áreas da Capitania de Sergipe Del Rey: "mesmo que encontremos engenhos de cana na região franciscana, nunca foram tão numerosos nem tão produtivos como os da Cotinguiba e do Vazabarris" (Mott, 1986, p. 73).

Esta afirmação pode ser confirmada com a leitura do Mapa Topográfico da Província de Sergipe Del Rey elaborado por Gonnet, figura 1.

Outra característica importante, salientada pelo mesmo autor, é a alta representatividade do grupo indígena na área do São Francisco: 47% dos índios de Sergipe viviam distribuídos entre as duas aldeias – missões de São Félix de Pacatuba e de São Pedro de Porto da Folha. Embora enfrentassem a cobiça dos proprietários circunvizinhos por suas terras, os índios daquela área obtiveram maior êxito quanto a posse de suas terras se comparados a aldeia Água Azeda, por exemplo, na freguesia de São Cristóvão (antiga capital da Província), que foram removidos arbitrariamente para a aldeia de Geru a fim de liberarem o terreno de sua aldeia para ser ocupado pelas fazendas em expansão.

Mott (1986) afirma ainda que, em decorrência de o rio São Francisco e de os seus mangues próximos a sua foz constituírem um fertilíssimo manancial de peixes, crustáceos e moluscos (que tornava mais favorável a sua economia extrativa),

aliados a menor agressividade expansionista dos latifundiários locais, se comparados com os senhores de engenho, teriam contribuído para a conservação de maior contingente indígena nesta área do que no restante da Capitania.

Outro fator que pode justificar a manutenção do contingente indígena na área é a própria pobreza do solo que naquele momento, tornava a área de menor interesse econômico, se comparada, por exemplo, à região da Cotinguiba, rica em solo massapê e produtora de cana-de-açúcar.

Apesar de uma relativa conservação do contingente indígena, no início da colonização no norte de Sergipe, observa-se crescimento vegetativo bastante baixo, devido às precárias condições de higiene e saúde; às constantes ondas epidêmicas; ao forte processo de destribalização; à desorganização sócio-cultural sofrida ao longo dos séculos; e, juntamente, sofrendo o processo de miscigenação com outros grupos étnicos (brancos e negros). Mott (1986) acrescenta ainda que, o recrutamento para a Marinha da Corte foi um fator contribuidor na composição demográfica nestas tribos.

Como tendência geral de toda Capitania de Sergipe, a maioria da população do São Francisco foi constituída basicamente por mestiços. De acordo com Souza (1808), o predomínio desta área foi de pardos, mamelucos e cafusos, resultantes de “raças combinadas”.

Quanto à população dos negros, em virtude de não serem renovados constantemente, como ocorria nas zonas economicamente mais importantes de Sergipe, (com o cultivo da cana-de-açúcar), decresceram consideravelmente sua composição demográfica tanto pelos óbitos quanto pela miscigenação.

No século XVIII, os interesses do povoamento que aumentou com a colonização, exigiram a criação de novas vilas com seus aparelhos administrativos. Já no fim desse século, Sergipe contava além de sua capital, com seis vilas: Santa Luzia, Tomar, Lagarto, Itabaiana, Santo Amaro e Villa Nova e quatro povoações: Laranjeiras, São Pedro, Pacatuba e Japarutuba, sendo que a última vila e as duas últimas povoações se localizam no Litoral Norte.

Em algumas dessas áreas, no século XVIII, observava-se importância econômica para a Província, tendo na lavoura da cana-de-açúcar um forte destaque, sobretudo na Cotinguiba, no vale do Vasa Barris e Piauí. Depois do açúcar, a maior exportação era do algodão e cereais feita pela vila de Itabaiana, a de gado pela vila de Lagarto, a de couro por Campos (atual Tobias Barreto) e a navegação fazia-se pelas quatro barras da Capitania destacando-se a barra do rio Cotinguiba onde importava-se, dentre outros produtos, fazendas de algodão e exportava-se o açúcar. O rio São Francisco, em menor escala, também contribuía para o escoamento da produção, pois: “...já em 1679 existem registros de sua utilização para exportação de produtos para os mercados da Bahia e Pernambuco” (Souza, 1808, p. 39).

Por outro lado, o termo da Villa Nova (situada às margens do rio São Francisco no Litoral Norte de Sergipe) criada em 1698 juntamente com as vilas de Lagarto e a de Itabaiana, é descrita por Freire (1977) como “Termo dilatado porém muito despovoado de moradores”, por ser uma área de terras estéreis, que somente

serviam para criar animais domésticos e estes padecem grandes perdas pela razão de faltar as águas no verão. Por outro lado, no início do século XIX, constituía na freguesia mais populosa do São Francisco, conforme Tabela 1:

Tabela 1 – População sergipana do rio são francisco (1802-1829)

FREG./ANOS	1802	1808	1825	1829
Villa Nova	4315	4154	6622	7850
Própria	3814	4500	8792	10092
Pacatuba	541	700	494	600
Porto da Folha	231	300	429	488
TOTAL	8901	9654	16337	14030

Fonte: Mott, 1986, p. 49.

Na análise de Mott (1986), tal fato decorre da Villa Nova ter se constituído como principal ponto de travessia do rio por parte da população que vinha por terra do norte em direção a Salvador, e do sul, para Pernambuco, principalmente com atividades ligadas aos cultivos de subsistência e secundariamente ao pastoreio e ao cultivo da cana. A área não despertou grandes interesses econômicos, nem investimentos governamentais, objetivando melhorar as vias de comunicação, que possibilitassem:

... a chegada de importantes correntes migratórias, quer de brancos, quer de escravos. Só de quando em vez, quando as secas se prolongam em demasia, é que levas de famílias abandonam o sertão fixando-se nas margens do São Francisco voltando a chover, muitos destes retirantes voltam para suas terras. (Mott, 1986, p. 75)

Mesmo não dispondo de projeção econômica, como as demais vilas sergipanas, Villa Nova (atual Neópolis) foi palco de alguns episódios importantes para a história política e social de Sergipe: foi naquela área que se instalaram os holandeses no século XVII, obedecendo as ordens do Conde Maurício de Nassau, com o objetivo de invadir Salvador por via terrestre. O comandante Segmundo Schkoppe, determinou a edificação de um forte denominado de Mauritius, servindo como ponto de apoio para as constantes ofensivas dos flamengos.

Os povoados de Brejo Grande e da Estância foram palcos dos movimentos republicanos em 1831 em Sergipe. Antônio José de Albuquerque Cavalcanti e José de Albuquerque Cavalcanti propagaram, em Brejo Grande, ideais para o povo instituir um novo governo, a república, idéia já propagada em outros centros.

Foram os índios da missão de São Félix de Pacatuba, os autores do principal gesto de insubordinação e coragem na história de Sergipe, por terem invadido a cadeia da Villa Nova e dela libertarem o chefe da aldeia. Foi neste mesmo local, onde ocorreu um movimento de pardos e mulatos revoltados, contra a notícia de

que “com a extinção do tráfico negreiro os pardos e mulatos livres passariam a ser escravizados” (Mott, 1986, p. 74).

Bento de Melo Pereira, que tinha à beira do São Francisco, em Brejo Grande, suas propriedades agropastoris, foi um dos personagens de maior influência na vida política sergipana nos fins do século passado, destacando-se na perseguição dos republicanos e na defesa do rio São Francisco como limite para Sergipe.

Um conflito de limites ocorreu no século XVIII entre as Províncias de Sergipe e a de Alagoas, quando o Presidente desta última reivindicava para si a Ilha de Paraúna (atual Brejo Grande). Só em 1873 depois de um acordo entre as duas Províncias ficaram resolvidas através da Lei nº 2.099 de 1º de fevereiro determinando Paraúna pertencente à Província de Sergipe.

No final do século XIX e no início do XX, o litoral norte sergipano manteve-se como uma área de pouca expressividade econômica, valendo ressaltar a secundária importância das margens do São Francisco, sobretudo na povoação de Brejo Grande, que mantinha sua base econômica no cultivo da cana-de-açúcar.

Mott (1986), em seus estudos, relata que apesar de certa euforia econômica “testemunhada pelo requinte arquitetônico de certas casas-grandes ainda existentes e pela relativa opulência da elite do local”, a produção da cana-de-açúcar desta área já era decadente. Para o autor, não foi a abolição dos escravos responsável pela ruína dos engenhos nesta área. Consta que, nos anos de 1888 e 1889 não houve moagem em virtude da “grande enchente do rio”. No ano posterior, a produção manteve-se tão baixa quanto a dos anos anteriores. Dois fatores explicam o estaque da indústria açucareira nas margens do São Francisco:

... embora férteis, os terrenos ribeirinhos corriam frequentes riscos de serem inundados e parte ou toda a produção da cana vir a perder-se se comparados com os terrenos da região do rio Cotinguiba, os do S. Francisco eram muito menos produtivos sem falar que estavam muito mais distantes da capital da Província (S. Cristóvão), o que tornava o açúcar aí produzido muito mais caro, devido aos transportes. Outra razão que explicaria a decadência e abandono da empresa canavieira no S. Francisco tem a ver com a situação do açúcar brasileiro no mercado internacional... a decadência da cana no século XIX se deveu ao fato do desenvolvimento de um sucedâneo representado pelo açúcar da beterraba. (Mott, 1975, p. 36)

Além destes fatores, vale ressaltar que os senhores de engenho da Cotinguiba tinham muito mais facilidade de acesso aos empréstimos financeiros e assistência governamental para o empreendimento da cana-de-açúcar, sendo um fator importante para o destaque deste cultivo em Sergipe.

No final do século passado, o cultivo de arroz já se fazia presente no Litoral Norte sergipano, sobretudo nas áreas próximas ao atual município de Brejo Grande. Entretanto, o referido cultivo, não tinha naquele momento a mesma importância da cana-de-açúcar e do sal, uma vez que o regime de remuneração do arroz era a “quarta parte do que colher”, enquanto que dos outros dois produtos era a “meia”. Para Mott (1986), isto explica o caráter “marginal” e a pouca importância que

devia representar o cultivo do arroz naquele período. Vale ressaltar ainda, que o açúcar e o sal eram produtos destinados a exportação, enquanto que o arroz era um cultivo basicamente de subsistência, o que explica a diferença de participação do dono da terra na parceria.

Gradativamente, a importância do arroz cresceu no início do século XX. De acordo com os estudos de Mott (1986), a partir de 1926, o arroz ganhou maior importância nas taxações do fisco, enquanto que, decresceu a do açúcar. Em 1934, o arroz passa a ser o principal produto taxado em Brejo Grande, tornando-se um cultivo destinado também para exportação.

Dentre os municípios do Litoral Norte de Sergipe, Brejo Grande foi o primeiro a emancipar-se administrativamente. Fato este, vinculado talvez, a sua ascendência econômica relativa a crescente importância da rizicultura. A ocupação mais intensa do município, ocorreu a partir da chegada de retirantes dos sertões de Alagoas, Pernambuco e Ceará, em 1820, em busca dos terrenos embrejados da margem direita do rio São Francisco, dedicando-se aos cultivos de subsistência e ao da cana-de-açúcar junto aos engenhos que se espalhavam ao longo do rio.

Juntamente com o Barão Bento de Mello Pereira (que foi em 1835 Presidente da Província de Sergipe), os recém chegados elevaram este lugar à categoria oficial de povoado sendo pertencente a freguesia da Villa Nova.

A toponímia de Brejo Grande está ligada à sua posição geográfica. Situado na área estuarina do rio São Francisco em terrenos baixos da planície litorânea que estão sujeitos às inundações nos períodos das cheias do rio, formando grande lagoas e brejos. Sua sede municipal está a apenas seis metros em relação ao nível do mar.

Em 02 de outubro de 1926, através da Lei Estadual nº 929, foi elevado a categoria de município recebendo o nome de São Francisco, sendo sua sede situada no mesmo local do antigo povoado. Em 31 de dezembro de 1943, de acordo com o Decreto-lei estadual 377, foi alterado o seu topônimo para Parapitinga e, por força da Lei Estadual 554 datada de 06 de fevereiro de 1954, foi alterada para Brejo Grande, pois:

A volta ao antigo topônimo impunha-se pois, em decorrência da pacífica e natural reação que se manifestou principalmente entre as populações ribeirinhas do São Francisco. (IBGE, 1959, p. 253)

No início da década de cinquenta, os poderes constituídos do Estado de Sergipe criaram 19 novos municípios, sendo dois deles pertencentes ao Litoral Norte de Sergipe: Barra dos Coqueiros e Pacatuba.

A Barra dos Coqueiros, localizada no estuário do rio Sergipe, desde o período da conquista, foi uma área bem conhecida pelos franceses, que, adentravam a barra do rio para fazer comércio com os índios. Era lá que, no século XIX, os navios que penetravam o rio Sergipe esperavam a preamar para navegarem com segurança até os portos de Maruim, Santo Amaro e Laranjeiras, a fim de efetuarem transações comerciais.

Após a fundação da nova capital (Aracaju), em 17 de março de 1855, a Barra dos Coqueiros tornou-se povoado desta, sendo tal situação alterada a partir de 10 de maio de 1875, de acordo com a Resolução Provincial 1028, tendo sido elevada à categoria de freguesia.

Sua autonomia administrativa foi possível graças a valorização do coco-da-baía, produto abundante na área, que resultou na instalação de duas fábricas de beneficiamento, reforçando sua importância econômica.

Desta forma, a antiga freguesia da Barra dos Coqueiros, foi elevada à categoria de cidade e sede do município, tendo compreendido o seu território toda a ilha dos coqueiros, preceituada pela Lei Estadual 525-A de 25 de novembro de 1953.

Pacatuba, denominação de um cacique indígena líder da aldeia situada na confluência do rio Poxim com o Betume, deu seu nome a essa antiga povoação conhecida desde os primórdios da colonização sergipana. Sendo uma área de forte expansão da pecuária no século XVII, foi fundada no mesmo século a missão de São Felix de Pacatuba por padres capuchinhos oriundos de Pernambuco. De acordo com Dantas (1991), a missão aí fundada objetivou basicamente suprir de mão-de-obra barata para a coroa por meio da construção de obras públicas como estradas, pontes, abertura de canais e outras. Tais fatores contribuíram sobremaneira para que a população de origem indígena ao longo dos anos declinas-se assustadoramente.

A partir de 06 de fevereiro de 1835 foi elevada à categoria de freguesia e no mesmo século (02 de maio de 1874) foi elevada a Vila, entretanto mantendo-se como termo da Vila Nova (atual Neópolis). Só dez anos depois é que Pacatuba desmembrou-se da Vila Nova conquistando sua autonomia municipal.

Em dezembro de 1926, o governador do Estado de Sergipe – Maurício Graccho Cardoso, decretou a transferência da sede municipal de Pacatuba para Japoatã (atual Japoatã), reduzindo Pacatuba a categoria de povoado. Em 1939 volta a ser vila, mantendo-se ligada a Japoatã como Distrito de Paz.

Juntamente com Barra dos Coqueiros, Pacatuba conquistou sua emancipação administrativa em 25 de novembro de 1953 através da Lei estadual nº 525-A, quando tornaram-se municípios.

Pirambu é o município mais novo do Litoral Norte sergipano, tendo sido povoado de Japarutuba até 1963. Aliás, para sua autonomia política-administrativa, concorreram as atividades ligadas a cocoicultura, ao aproveitamento turístico de seu balneário (bastante freqüentado por pessoas residentes nos municípios próximos durante os períodos de férias) e da importância da pesca.

O litoral de Pirambu é um dos pontos de maior piscosidade em Sergipe. Seu antigo porto desempenhou papel importante para a economia de Japarutuba, por embarcar para os centros consumidores grande parte da produção do coco-da-baía, de pescados e da lenha daquele município.

Vale salientar, que esses elementos concorreram para sua autonomia política administrativa. Posteriormente, àquelas atividades, incorporou-se o aproveita-

mento turístico de seu balneário, bastante freqüentado por pessoas residentes nos municípios próximos.

2. CONDIÇÕES SÓCIO-ECONÔMICAS DA POPULAÇÃO DO LITORAL NORTE

O Litoral Norte de acordo com os dados censitários de 1991, apresenta uma população de 35.766 habitantes o que representa 2,39% da população sergipana. Predomina na região a população rural que corresponde a 56,66% do total.

Nos últimos anos verificou-se baixo crescimento populacional que caracteriza toda a área, excetuando-se apenas a Barra dos Coqueiros por ter apresentado nos períodos de 1970/1980 e 1980/1991 índices de aumento populacional em torno de 42,58% e 60,30% respectivamente. Brejo Grande apresentou justamente o inverso, já que se observou crescimento populacional, tendo no mesmo período os índices de -9,55% e -7,47% respectivamente.

A população entrevistada do Litoral Norte é originária, em 74% dos casos da própria região, 20,7% são oriundos de outros municípios sergipanos e apenas 5,3% são provenientes de outros Estados. Tais dados demonstram o predomínio da população local, reforçando a idéia de que a área não atrai populações.

Dos que migraram o principal motivo é a busca de melhores dias com o objetivo de se conseguir trabalho, pois a metade dos entrevistados vieram para o Litoral Norte por iniciativa própria em busca de uma colocação e os demais, acompanhando a família.

Participando do fenômeno de urbanização que se dá a nível nacional, as cidades do Litoral Norte apresentaram crescimento positivo nos períodos analisados. Observa-se ainda que em três municípios a população urbana em 1991 superou os 50% da população total (Barra dos Coqueiros, Brejo Grande e Pirambu). Apenas Pacatuba continua com predomínio da população rural.

A busca de centros urbanos de maior importância é constatada a partir das informações prestadas pelos entrevistados. Aracaju é o principal centro regional, enquanto que no restante do país São Paulo é o Estado preferido para a busca de melhora das condições sócio-econômicas. Neste contexto, observa-se forte intercâmbio com imigrantes que estabeleceram residência naquele Estado, uma vez que de acordo com os dados fornecidos pela Cia. São Geraldo de Viação, 90% das passagens vendidas no período do mês de janeiro de 1995 a junho de 1996 pela agência de Pacatuba, tiveram como destino o Estado de São Paulo.

A maior incidência das vendas de passagens ocorreu nos meses de menor índice pluviométrico (novembro, dezembro e janeiro) e as menores nos meses chuvosos (abril, maio e junho), indicando a possibilidade de uma migração sazonal.

Tal comportamento reflete as precárias condições de permanência do homem no campo, acentuando os desequilíbrios nos centros urbanos, onde os equipamentos e o mercado de trabalho de há muito vêm se revelando incapazes de absorver o crescimento populacional.

Diferente dos demais, Barra dos Coqueiros no período de 1970/1991 apresentou crescimento populacional total em torno de 128%. O aumento da sua população urbana e rural apresentou índices de 111,48% e 157,93%, respectivamente. A proximidade de Aracaju, facilitada pelo acesso fluvial (cerca de 1 km), transforma Barra dos Coqueiros em área de expansão urbana. Além disso, a construção do Terminal Portuário Marítimo e as perspectivas da implantação do Polo Cloroquímico, têm criado expectativas da geração de empregos, contribuindo assim para o crescimento populacional tanto a nível urbano quanto rural.

Para França (1988, p. 76-77), as mudanças ocorridas na zona rural nos municípios circunvizinhos à Aracaju (no caso específico da Barra dos Coqueiros), apesar de aparentar, não é um processo de ruralização. Na verdade é o parcelamento do solo na zona rural para fins urbanos, a fim de atender a demanda do crescimento populacional.

Como resultado deste parcelamento do solo, constata-se a existência de loteamentos na Barra dos Coqueiros e em Pirambu. Segundo informações das respectivas prefeituras, Barra dos Coqueiros atualmente possui 10 loteamentos correspondendo a 1627 lotes, que totalizam 804.984,28 m². Pirambu apresenta cinco loteamentos tendo sido informada a área de apenas um deles que corresponde a 570.061,32 m².

Também se constata lotes ilegais nestas localidades, como é o recente exemplo ocorrido na praia de Jotobá (Barra dos Coqueiros), área pertencente a CODISE destinada a implantação do Polo Cloroquímico. A área foi invadida por aproximadamente 700 famílias que chegaram a construir casas de palhas e até edificações em alvenaria. Por ordem judicial, foram derrubadas todas as edificações bem como todos ocupantes desalojados.

Esse fato evidencia a invasão de terrenos na zona rural e sua especulação para fins de veraneio sob a influência de moradores da zona urbana.

No Litoral Norte a concentração da terra tem sido acompanhada de uma subutilização das terras agricultáveis. França (1988) atribui tal ocorrência à pobreza dos solos e às dificuldades de acesso. Em seus estudos a autora afirma que na década de 70 "... nenhum município do litoral sergipano apresentou índices superiores a 80%" da área, ocupada com atividades agrícolas, Pirambu apresentou índices inferiores a 30% da sua área e os municípios mais distantes ou de acesso mais difícil tinham atividades agrícolas mais reduzidas como foi o caso de Pacatuba. Para a autora, a expansão da malha viária e a valorização das terras foram fatores que contribuíram para o aumento do nível de ocupação de atividades agrícolas.

Observa-se que houve uma pequena mudança nos últimos anos com relação à utilização da terra no Litoral Norte. De acordo com os dados do Censo Agropecuário de 1985, a área apresentou predomínio da área ocupada por lavouras. Apenas em Pirambu, constatou-se o inverso, tendo 40,7% de sua área ocupada por pastagens, sendo que 34,65% da mesma foi ocupada por pastagens naturais e 14,78% de área produtiva e não utilizada.

O município de Pacatuba atingiu o maior percentual da área de terras produtivas não utilizadas, cerca de 30% de sua área.

A rizicultura em Brejo Grande está vinculado ao seu relevo dominante de várzea (Martins, 1978, p. 1-2), onde os elementos topográficos e o ritmo anual das chuvas se associam contribuindo sobremaneira para este cultivo.

Apesar das condições edafoclimáticas serem importantes para o cultivo do arroz, nos últimos anos a produção caiu consideravelmente. A redução tem se dado em virtude dos altos juros bancários que tem inviabilizado esta atividade. Segundo os entrevistados do município, atualmente praticamente não há produção de arroz, fator este que tem refletido consideravelmente na redução de empregos, ocasionando portanto agravamento de questões sociais na área.

Um outro fator está relacionado às barragens construídas ao longo do rio São Francisco que tem refletido no seu curso a jusante. Em virtude das variações climáticas (excesso de chuvas e estiagens), a CHESF têm sido obrigada a manutenção dos estoques hídricos, a fim de garantir a geração de energia. Estas variações têm influenciado sobremaneira na diminuição dos cultivos na área como nos relata Fonseca:

Isso provoca uma série de problemas na bacia do São Francisco e afeta a região do Baixo São Francisco Sergipano. Quando o grande volume de chuvas à montante de Sobradinho coincide com as chuvas na área das bacias dos seus afluentes à jusante dessa barragem, os efeitos de sua grande vazão são potencializados pois a contribuição dos afluentes da região do Baixo São Francisco chega a 40% na altura de Propriá. A enchente decorrente dessa conjugação de fatores, danifica os diques de proteção comprometendo não só a produção como a própria infra-estrutura dos Projetos de Irrigação. (Fonseca, 1988, p. 162)

Outros fatores também contribuíram para a diminuição do cultivo de arroz, como nos relata um dos entrevistados:

O arroz em Brejo Grande é assolado por três pragas: juro alto; rato (só come à noite e destrói); e o passarinho (come e fica a soca, o arroz pode germinar, sendo a produção diminuída). (Entrevista, jan. 1996)

Estes fatos evidenciam o declínio da rizicultura em Brejo Grande, tendo nos últimos anos acentuado a importância da cocoicultura.

Nos municípios de Pacatuba e Pirambu a orientação da agricultura:

... apresentam maior diversificação; nos cultivos alimentícios, destaca-se a produção de mandioca; nas indústrias, o coco-da-baía. A diferença entre os dois municípios acima reside, apenas, na produção animal. A produção de laticínios é mais intensa no último. (França, 1988, p. 71)

Vale salientar que Pirambu entre os anos de 1970 e 1980 passou por uma mudança na orientação. No ano de 1970 era orientada para lavoura e no ano de 1980 passou para fortemente orientada para lavoura, fato vinculado à importância do coco-da-baía.

Coco-da-baía é o cultivo mais importante em todo o Litoral Norte sergipano, ocupando uma área de 16.438 hectares no ano de 1994, com a produção de 33.002 mil frutos.

O coco-da-baía, é um cultivo exigente em tratos culturais, mas resistente, com vida longa, o que permite que o coqueiral reduza de produção até a sua morte. Deste modo, ofereceu ótimos resultados econômicos, o que aliado às condições ecológicas favoráveis, influencia de forma considerável na paisagem dos sítios de coqueiros ao longo do litoral sergipano.

Após o Plano Real o coco-da-baía teve queda brusca no seu preço o que tem contribuído com o índice de desemprego na área. De acordo com os entrevistados, antes a comercialização dava-se diretamente com as fábricas de beneficiamento de Aracaju, comprando toda a produção, atualmente, é feita exclusivamente por atravessadores para exportação, sendo escolhidos os de melhor qualidade.

Essa realidade é ilustrada muito bem por um entrevistado ao afirmar que: “melhoria pra pobre não tem não. O coco baixou muito. Quando legalizou o real piorou tudo. Só querem coco grande, coco pequeno fica aos montes” (Entrevista, jan. 1996).

Segundo a Associação Brasileira de Produtores de Coco – ABRASCOCO, há cinco anos vem se avolumando as importações de coco ralado da Indonésia, Malásia, Filipinas, Sri Lanka e Costa do Marfim, o que tem provocado inúmeros prejuízos aos produtores brasileiros, tornando a cultura do coco destinado à indústria, exaurida economicamente. Os subsídios governamentais destes países, tornam os preços atrativos para as nossas indústrias, preferindo estas últimas adquirirem coco ralado integral desidratado e do leite de coco em pó, a comprarem por preços mais caros a matéria prima nacional.

Mesmo tendo sido assinada em 1995 uma Portaria Interministerial impondo direitos compensatórios provisórios sobre os produtos importados do coco com subsídios na origem, as indústrias brasileiras encontram-se com seus estoques cheios. Posteriormente, com o consumo dos estoques, possivelmente, haverá o reaquecimento da atividade cocoicultora.

Uma saída encontrada por alguns proprietários “mais apertados” tem sido a comercialização do coco verde (para consumo da água) mesmo afirmando que “o coqueiro sente se tirar o coco mole, é uma judiação”. O preço pago em janeiro de 1996 foi bem superior se comparado com o do coco seco (R\$ 15,00), tendo em vista ter sido pago R\$ 25,00 o cento do coco verde. Por outro lado, questionados quanto a venda deste produto, a maioria alega que não compensa em virtude de que, futuramente os coqueiros certamente reduzirão mais ainda a produtividade, tornando mais inviável o seu cultivo.

Tais valores justificam a situação do abandono, pois o preço da unidade do coco descascado varia de R\$ 0,09 a R\$ 0,15 a unidade dependendo da qualidade do produto. Além deste problema, outra reclamação constante é a do prazo para o pagamento, tendo em vista que os atravessadores em média levam de 15 a 30 dias para efetuarem os pagamentos.

Além dos já citados problemas (preços baixos e morosidade no pagamento), foram apontados pelos cocoicultores da região também a pouca procura pelo produto e as dificuldades de transporte, tendo em vista as péssimas condições da malha viária da região.

De acordo com a pesquisa de campo, 33,8% afirmaram que o principal destino do coco-da-baía do Litoral Norte é para o Centro-Sul do país (São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais), considerando que os caminhões saem direto dos sítios para aqueles Estados. 32,3% do produto são destinados para comercialização nas próprias feiras locais, 15,4% destinados para Aracaju e 12,6% do coco-da-baía são vendidos para as feiras regionais do Estado (Itabaiana, Japaratuba, Lagarto e Nossa Senhora da Glória). Apenas 2,81% dos entrevistados informaram que o coco-da-baía tem como destino o Estado de Alagoas e o mesmo percentual, afirmou desconhecer o destino do produto.

Atualmente constata-se uma reação positiva nos preços considerando que a unidade do coco custa R\$ 0,35. Esse fato está vinculado a diminuição do estoque deste produto nas fábricas, que incidem diretamente na elevação do preço.

Apesar das reclamações quanto aos resultados econômicos da cocoicultura, esta atividade tem forte influência na valorização da terra, no Litoral Norte de Sergipe, pois o valor da propriedade é comumente estimado pelo número de coqueiros existentes.

De acordo com a pesquisa de campo, constatou-se que a produção do coco-da-baía tem diminuído consideravelmente. Esse fato se explica, em parte, pela predominância de falta de tratamentos culturais adequados, constantes aparecimentos de doenças (podridão do olho, anel vermelho, o Rhina e o Homalinotus), e o desestímulo do preço. Dentre estes, o principal problema refere-se ao preço baixo que tem provocado forte impacto econômico e social na população diretamente dependente desta atividade.

Neste contexto, alguns produtores entrevistados ressaltaram a inviabilidade econômica do cultivo, preferindo não efetuar a colheita.

Os baixos preços do coco-da-baía tem refletido na produtividade, pois tem se reduzido os tratamentos culturais, limitando-se apenas, a limpeza do coqueiro no momento da tirada.

Além do coco-da-baía, os cultivos anuais também aparecem de forma menos intensa na região. Destaca-se a mandioca que é cultivada visando não somente o consumo (mandiocas mansas, chamadas mansas, chamadas macaxeiras inicialmente, à produção de farinha e de tapioca (mandiocas bravas, amargas ou venenosas). Outros cultivos como, por exemplo, o feijão e o milho também são utilizados para o consumo familiar dos pequenos proprietários.

De forma geral, as lavouras do Litoral Norte apresentam produtividade geralmente baixa, com reflexos diretos nos padrões de vida destas populações. Neste contexto, além da inadequação dos solos para estes cultivos, encontram-se a rudimentaridade das técnicas e dos processos de trabalho, a ausência de combate às pragas, e da própria seleção das sementes.

A maior parte dos entrevistados (88,7%) da região, afirmou que as atividades agrícolas não atendem as necessidades de sobrevivência. Destes, 91,5% não podem alterar os cultivos em virtude de inúmeros fatores: a falta de financiamento agrícola, a terra é considerada fraca, e para a maioria dos pequenos proprietários, o problema consiste na própria falta de disponibilidade de terras.

Cabe ainda ressaltar a importância do cultivo da batata-doce, e de fruteiras como a mangueira, a bananeira e a mangabeira que contribuem para os rendimentos de muitas famílias do Litoral Norte já que, as frutas são comercializadas em feiras locais ou mesmo na capital, onde conseguem melhores preços.

No Litoral Norte, o cultivo da cana-de-açúcar volta a ter relativa expressividade a partir da década de 80 em Pirambu e atualmente em Pacatuba (Usina Santana), tendo este último município produzido em 210.100 toneladas em 1994 numa área de 3.820 hectares. Tal fenômeno está relacionado ao processo de expansão da cana-de-açúcar no Estado, que por sua vez foi reflexo dos incentivos do Programa do Alcool – (Proálcool), decretado em 1975.

A atividade agrícola no Litoral Norte sergipano é caracterizada pela prática de processos rudimentares. As queimadas anuais são freqüentes e a adubação, quando feita, é realizada principalmente com esterco bovino, já que os fertilizantes químicos são pouco utilizados tendo em vista a descapitalização dos produtores. Dos entrevistados que vivem atualmente das atividades agrícolas, 64% utilizam somente instrumentos manuais (enxadas, facões e foices), 29,5% utilizam instrumentos manuais e esporadicamente trator, e apenas 2,8% utilizam exclusivamente tratores, sendo estes últimos, proprietários com mais de 30 ha.

Paralelamente aos cultivos, vale destacar a importância da pecuária bovina na região, uma vez que este tipo de criatório supera todos os outros rebanhos juntos. Em Pacatuba e Pirambu observa-se nos últimos anos, o aumento do rebanho de 154,6% em Pacatuba e 21,5% em Pirambu.

A pesca marítima merece destaque apenas em Pirambu, que apresenta um dos pontos de maior piscosidade de Sergipe. Este município encontra-se entre os maiores produtores do Estado, e ocupa o primeiro lugar na produção de camarões. A produção camaroneira em Pirambu é expressiva sobretudo por estar localizada na zona de influência do rio São Francisco, que é caracterizada pela existência de fundos de lama que, além de permitirem o uso de técnicas de captura mais produtivas, são geralmente habitados por espécies de valor comercial.

A pesca em Pirambu é caracterizada por dois sistemas de produção: o artesanal e o industrial. O artesanal, direcionado para consumo é praticado basicamente no interior do município. De acordo com estudos de Silva (1995), esta atividade vem crescendo, face à baixa produtividade da terra, levando os agricultores a exercerem como complementar à agricultura.

Quanto a pesca de alto mar, o processo de crescimento do setor contou inicialmente com a iniciativa da Associação dos Pescadores locais, responsáveis pela administração desta atividade. Após a fundação em 1986 do CONDEPI (Conselho de Desenvolvimento Comunitário de Pirambu) é que se tem oferecido uma

certa segurança aos envolvidos na atividade pesqueira, como relata Silva (1995, p. 164):

... por conta da organização que possui, principalmente no que se refere ao subsidiamento do gelo, elemento essencial à prática de uma pesca capaz de oferecer um produto de maior competitividade no mercado.

Apesar de ter possibilitado o aumento da oferta de empregos, o desenvolvimento da atividade pesqueira, em Pirambu não tem sido uma atividade inibitória do processo migratório, mesmo verificando-se a diminuição do fluxo (Silva, 1995, p. 164).

Atualmente a sensível diminuição de camarões tem provocado a saída de vários barcos pesqueiros para outros estados nordestinos, conforme nos descreve um técnico do Projeto TAMAR:

Existia 40 barcos de pesca, alguns com licença, outros não. Dado o declínio do camarão, aproximadamente 20 barcos foram para o litoral dos Estados do Maranhão e do Piauí. (Entrevista, abr. 1996)

De acordo com estudos de Fonseca (1993), as ocupações relacionadas com a pesca em Pirambu são exercidas principalmente por mulheres e crianças, sendo esta atividade e suas derivadas consideradas as maiores fontes de ocupação do município.

Em Brejo Grande apesar da pesca em rios ter sido afetada em grande parte em decorrência da construção de barragens nos rios, persiste de maneira artesanal a pesca do camarão. Segundo Fonseca (1993), a pesca para auto consumo ocorre em várias localidades da área e funciona como complemento alimentar:

... Mulheres e crianças saem pelos caminhos com “jererés” na direção de pequenas e médias lagoas, de onde trazem o alimento fonte de proteína animal para comer com farinha. Segundo informações, essa atividade se faz quase sempre após o meio dia, pois pela manhã essas pessoas estão ocupadas com atividades agrícolas. (Fonseca, 1993, p. 23)

Outros problemas incidem na pesca nesta área: as constantes proibições da pesca efetuadas nas lagoas dentro das propriedades; a diminuição do peixe em decorrência do aumento da demanda e, as construções das barragens ao longo do rio São Francisco.

A construção de barragens também é responsável pela diminuição da pesca nos rios de Pacatuba. Segundo informações fornecidas por um líder local, no povoado Fazenda Nova: “... a pesca no rio Betume tem piorado bastante. É de pior a pior. Antes das barragens da CODEVASF tinha peixe, hoje o peixe branco (xira) é bastante raro. Hoje só tem tunaré” (Entrevista, abr. 1996).

Outra atividade encontrada na região é a do artesanato, exercida basicamente por mulheres e crianças. Esta atividade foi encontrada em todos Povoados pesquisados em Pacatuba, com exceção do Povoado Tigre, e em Pirambu, no Po-

voado Alagamar. Sua localização espacial possivelmente está vinculada as heranças dos indígenas que habitaram esta área no período da colonização de Sergipe.

Nos povoados mais próximos ao mar (Ponta dos Mangues, Fazenda Nova, Timbó), constatou-se o predomínio de confecções de redes, jererés e munzuás, atendendo assim as necessidades dos pescadores locais, bem como são vendidos para os atravessadores. Nas demais áreas, sobressaem-se o fabrico de chapéus, esteiras, vassouras, cestas e outras obras trançadas que são repassadas diretamente para os atravessadores.

Segundo as entrevistadas, o artesanato é uma atividade executada principalmente nos meses mais secos, onde os cultivos agrícolas de subsistência praticamente são inexistentes. Embora ocupando uma parcela considerável de mulheres e crianças, esta atividade complementar foi relatada como inexpressiva do ponto de vista econômico, pois os preços pagos pelos atravessadores (cada chapéu vendido custa entre R\$ 1,50 a R\$2,00) são considerados irrisórios.

O Litoral Norte é caracterizado pelo predomínio das atividades primárias. Os setores de serviços, comercial e industrial não apresentam expressão econômica.

De acordo com o último Censo, a atividade de serviços apresenta-se como o segundo setor em absorção de mão-de-obra, pois 160 pessoas da área estão empregados neste setor. O comércio participa com 139 pessoas e a indústria emprega apenas 83 pessoas do Litoral Norte sergipano.

A atividade industrial na área é fracamente diversificada. Brejo Grande, diretamente ligada ao aproveitamento da matéria-prima encontrada no município, diferencia-se dos demais por possuir indústria de beneficiamento de arroz, que resulta em relativa importância na área, apesar de suas dificuldades e decadência.

Também ligada ao gênero de produtos alimentares, as padarias são quantitativamente de maior difusão no Litoral Norte. Apenas na Barra dos Coqueiros a H. Dantas (indústria do setor de transporte naval), merece destaque face seu crescimento nos últimos anos.

A participação do Litoral Norte no tocante a arrecadação de ICMS, é inexpressiva. De acordo com os Dados da Assessoria de Planejamento da Secretaria de Estado da Fazenda, referentes ao exercício de 1995, todos os municípios do Litoral Norte, juntos não atingem nem 0,5 % do total arrecadado, naquele ano no Estado de Sergipe.

Neste contexto, a fragilidade econômica e social do Litoral Norte é um grave problema enfrentado pelas administrações públicas, que nos últimos anos, vem implementando obras e projetos direcionados principalmente, para o desenvolvimento econômico da área e do Estado.

Assim sendo, o Litoral Norte de certa forma é uma área privilegiada com tais políticas ao considerarmos que a recente construção do Terminal Portuário Marítimo e o Platô de Neópolis, na medida em que seus objetivos sejam concretizados, poderão trazer profundas alterações positivas para a organização do espaço sergipano. Tais perspectivas podem solidificar de forma mais acentuada na medida

em que os projetos referentes ao Polo Cloroquímico e o da rodovia SE-100 NORTE sejam efetivamente executados.

Desta forma, as políticas públicas tornam-se fundamentais para o redimensionamento do espaço sergipano, pelo fato de que o mesmo é um dos campos de ação por excelência das forças políticas (Lipietz, 1988), ao tempo em que, também insere-se no projeto nacional buscando contribuir para a retomada do desenvolvimento do país.

3. TENDÊNCIAS E PERSPECTIVAS DA POPULAÇÃO DO LITORAL NORTE DE SERGIPE

A declaração da renda é um aspecto importante para caracterizar as condições de vida da população do Litoral Norte. A economia baseada na atividade do coco-da-baía que passa por séria crise, influencia no poder aquisitivo da população.

Segundo a pesquisa de campo, mais de 75% da população do Litoral Norte têm renda até três salários mínimos, esta população é constituída basicamente por pequenos sitiantes, tiradores de coco-da-baía, diaristas e pescadores. Já os pesquisados que possuem mais de quatro salários mínimos de renda (22%), geralmente tem terras com tamanho acima de 70 ha e que além da cocoicultura, geralmente são aposentados que desempenham outras atividades como pecuária e piscicultura.

Neste contexto, mais de 65% dos entrevistados não consideram a renda familiar satisfatória. Esta situação tem gerado cada vez mais expectativas por parte da população na intervenção do Estado para solucionar a questão da baixa renda na região.

Como complementação da renda, a mulher tem relativa importância para a manutenção da família no Litoral Norte sergipano. Desenvolvendo atividades na agricultura, no artesanato, no extrativismo da mangaba, na pesca e trabalhando no Serviço Público Municipal, 40% das mulheres questionadas ajudam em casa.

Os questionados que têm aspiração em emigrar, consideraram como fator de repulsão as insatisfatórias condições de vida na região (para mais de 80%). A falta de emprego, e a aspiração dos mais jovens em estudar fora também foram apontados como fatores repulsivos da região.

No Litoral Norte, as percepções dos problemas das comunidades variaram de acordo com suas localidades. Perguntados quanto aos principais problemas que atravessa o município em que residem, percebeu-se que na Barra dos Coqueiros o maior problema refere-se a falta de emprego. Em Pirambu os questionados identificaram a falta de assistência médica e o saneamento básico, já em Pacatuba o maior problema enfrentado é a falta de eletrificação rural seguida de falta de transporte e assistência médica. Em Brejo Grande percebeu-se que o desemprego é o maior problema existente, sendo também destacada a falta de saneamento básico e a falta de terra para plantar.

Em termos gerais, o desemprego é o maior problema enfrentado pelas comunidades locais do Litoral Norte sergipano. Além desse problema, a falta de assistência médica, transportes, eletrificação rural e saneamento básico são outras graves dificuldades que afetam a população.

LITORAL NORTEPRINCIPAIS PROBLEMAS DO MUNICÍPIO(1996)					
	BARRA	PIRAMBU	PACATUBA	BREJO GRANDE	TOTAL
ROUBO MANGABA	1				1
CORRUPÇÃO	1	1	1		3
DESEMPREGO	14	4	8	5	31
EDUCAÇÃO	3	2	6	1	12
SAÚDE	7	9	11	2	29
VIOLÊNCIA	3			2	5
TRANSPORTE	5	5	11	1	22
DROGAS	2				2
SANEAMENTO	7	7	12	3	29
ENERGIA	4	1	16	1	22
PREÇO COCO	3				3
IBAMA		1			1
FALTA TERRA	1		2	3	6
TELEFONIA		3	1		4
CRÉDITO			1	1	2

Fonte: Trabalho de Campo, 1996.

A atuação do Estado na geração de empregos, a melhoria da infra-estrutura, o acesso à terra, a criação de agroindústrias de beneficiamento do coco-da-baía, entre outras, são as principais reivindicações da população do Litoral Norte. Outrossim, é marcante o ceticismo da população local quanto às expectativas futuras, fatores estes justificados pela atuação deficitária tanto do Governo Estadual, bem como das Administrações Municipais.

Assim, a falta de organização política das comunidades do Litoral Norte está vinculada as próprias condições as quais estão submetidas, principalmente pela ineficiência de uma melhor estrutura educacional e pela dependência do poder público.

Neste sentido, o aspecto clientelístico e de submissão sobretudo às administrações locais, tornam a região carente de condições de vida digna, principalmente para a maior parte da população, que se encontra excluída dos bens e serviços oferecidos por uma sociedade moderna no limiar do século XXI.

Mesmo sob a influência direta de algumas políticas públicas (Terminal Portuário Marítimo, Platô de Neópolis, Pólo Cloroquímico, exploração mineral) em quase nada mudaram as condições de vida (baixa renda, desemprego, péssimas condições de moradia, concentração fundiária, debilidade nas estruturas educacionais e de saúde), salvo para a manutenção dos interesses do próprio Estado e de alguns empresários.

O Litoral Norte de Sergipe não pode ser considerado isolado do âmbito macro-regional. Cada um dos seus aspectos têm sua explicação na realidade em

termos de estrutura e conjuntura, que se fazem sentir sobre o espaço, através da interação entre forças econômicas, sociais e políticas de um país subdesenvolvido.

Do ponto de vista estratégico-espacial sugerimos discutir a possibilidade de implantar um consórcio inter-municipal com forte mobilização social que pudesse viabilizar estudos e propostas de desenvolvimento regional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, Manuel Correia de. *A terra e o homem no nordeste: contribuição ao estudo da questão agrária no nordeste*. São Paulo: Atlas, 1996.

BECKER, Bertha Koiffman. *Os impactos das políticas setoriais do governo federal sobre a Zona Costeira*. Rio de Janeiro: Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal, 1995.

CANABRAVA, Alice P. A grande propriedade rural. In: *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1968. Tomo 1, vol. 2.

CODISE. *Plano Diretor do Pólo Cloroquímico de Sergipe*. Aracaju: Governo do Estado de Sergipe, 1988.

CORRÊA, Roberto Lobato. O espaço geográfico: algumas considerações. In: SANTOS, Milton (Org.) *Novos rumos da geografia brasileira*. São Paulo: Hucitec, 1993.

DANTAS, Beatriz Góis. Os índios em Sergipe. In: DINIZ, Diana (Coord.) *Textos para a história de Sergipe*. Aracaju: UFS/BANESE, 1991.

DINIZ, José Alexandre F. *Áreas agrícolas subcosteiras do Nordeste Meridional*. Recife: SUDENE, 1981.

DINIZ, José Alexandre F., DUARTE, Aluízio Capdeville. *A região cacauzeira da Bahia*. Recife: SUDENE, 1983.

DINIZ, José Alexandre F., FRANÇA, Vera Lúcia Alves, WANDERLEY, Lilian Lins. Mudanças recentes na organização do espaço rural no litoral sergipano. *Geografia*, São Paulo, p.31-45, 1987.

EGLER, Cláudio A. G. *Os impactos das políticas setoriais do governo federal sobre a Zona Costeira*. Rio de Janeiro: Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal, 1995.

FONSECA, Vânia. *A intervenção do Estado no Baixo São Francisco Sergipano*. Rio Claro, 1988. Tese (Doutorado) – UNESP/Rio Claro. mimeo

FONSECA, Vânia; ALMEIDA, Maria Geralda de; SALIM, Rosa Amélia A. *Litoral norte do estado de Sergipe: uma área em vias de transformação*. Aracaju: UFS/NESA, 1993.

FONTES, Araci Losano. *Aspecto da Geomorfologia Costeira no Norte do Estado de Sergipe*. In: SIMPÓSIO DE ECOSSISTEMA DA COSTA SUL E SUDESTE BRASILEIRO, 2. Águas de Lindóia, 1990. Estrutura, Função e Manejo. ÁCIESP.

FRANÇA, Vera Lúcia Alves. *A cultura do coco-da-baía e as transformações no litoral sergipano*. Aracaju, 1988. Dissertação (Mestrado) – UFS, Aracaju.

FREIRE, Felisbelo. *História de Sergipe*. Aracaju: Governo Estadual de Sergipe/Vozes, 1977.

_____. *História territorial de Sergipe*. Aracaju: Sociedade Editorial de Sergipe/S.E.C./FUNDEPAH, 1977.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. Estrutura agrária e dominação no campo: notas para um debate. In: SANTOS, Milton (Org.). *Novos rumos da geografia brasileira*. São Paulo: Hucitec, 1993.

GONNET, S.S. Mapa topográfico da província de Sergipe de Rei. Reproduzido por Ivo do Prado. *A capitania de Sergipe e suas ouvidorias*. Rio de Janeiro: Papelaria Brazil, 1919.

GOVERNO DE SERGIPE. *Relatório de Impacto no Meio Ambiente da Rodovia SE-100: trecho Pirambu, Foz do Rio São Francisco*. Aracaju: Secretaria de Estado dos Transportes – DER, 1993.

IBGE. *Censo Agropecuário*: Sergipe. Rio de Janeiro, 1985.

_____. *Censo Demográfico*: Sergipe. Rio de Janeiro, 1970.

_____. *Censo Demográfico*: Sergipe. Rio de Janeiro, 1980.

_____. *Sinopse Preliminar do Censo Demográfico*: Sergipe. Rio de Janeiro, 1991.

LERNER, J. *Plano preliminar de ecodesenvolvimento do Litoral Norte*. Aracaju: Governo do Estado de Sergipe/Secretaria Estadual do Planejamento, jul. 1993.

LIPIETZ, A. *O capital e seu espaço*. São Paulo: Nobel, 1988.

MENEZES, Ana Virgínia. *Estado e políticas agrícolas camponesas*. Rio Claro, 1994. Exame (Qualificação) – Unesp/Rio Claro. mimeo

MOTT, Luiz R. B. *Sergipe Del Rey: população, economia e sociedade*. Aracaju: FUNDESC, 1986.

OLIVEIRA, Antonio Roberto. *Distribuição dos anelídeos poliquetas em área impactada por descarga de salmoura no Litoral Norte do Estado de Sergipe*. Aracaju, 1994. Monografia (Bacharelado) – Universidade Federal de Sergipe, Aracaju.

OLIVEIRA, Francisco de. *Elegia para uma re(li)gião*: SUDENE, Nordeste, planejamento e conflito de classes. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

PADRÃO, Luciano Nunes. *Levantamento de informações sobre o Projeto Platô de Neópolis*. Rio de Janeiro: Centro de Assessoria e Serviço aos Trabalhadores da Terra D. José Brandão de Castro, 1996.

RAMOS-PORTO, M., COELHO, P. A., SOUZA. Sinopse dos crustáceos decápodos brasileiros: família Penaíde, Solenoceridae e Sicyonidae. *Boletim Oceanográfico*, Recife, 1987/1989.

RAYMOUD, Paul W. *Desorientacion de los neonatos de tortugas marinas u la iluminacion artificial de las playas*. Orlando-Flórida: Universidade Central de Florida, 1984.

SANTOS, Milton. *O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1979.

_____. O retorno do território. In: SANTOS, Milton; SOUZA, M. A. A. de; SILVEIRA, M. L. (Orgs.) *Território, globalização e fragmentação*. São Paulo: Hucitec, 1994.

SCHIFFER, Sueli Ramos. A globalização da economia e o território nacional: e indagações prospectivas. In: SANTOS, Milton, SOUZA, M. A. A. de, SILVEIRA, M. L. (Orgs.) *Território, globalização e fragmentação*. São Paulo: Hucitec, 1994.

SEPLAN. *Atlas de Sergipe*. Aracaju: UFS/SEPLAN, 1979.

_____. *Plano plurianual 1996-1999*. Aracaju: Governo do Estado de Sergipe/ ADM Albano Franco, 1996. Vol. 1.

_____. *Relatório pólos turísticos de Sergipe*. Aracaju: Governo do Estado de Sergipe/ ADM Albano Franco, 1994.

SILVA, W. S. *Distribuição dos poliquetas bentônicos da região subtidal no estuário do rio Japarutuba*. Aracaju: Departamento de Biologia/UFS, 1991. Relatório.

SINGER, Paul F., SZMRECSÁNYI, T. Perspectiva atual do problema. In: SANTOS et al. *Dinâmica da população: teoria, métodos e técnicas de análise*. São Paulo: T.A. QUEIROZ, 1980.

SOUZA, D. Marcos Antônio de. *Memórias sobre a capitania de Sergipe, sua fundação, população, produtos e melhoramentos de que é capaz, (1808)*. 2. ed. Aracaju: IBGE/DEE, 1944.

VARGAS, Maria Augusta Mundim. (Re)pensando o desenvolvimento sustentável: o caso do baixo São Francisco. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE GEÓGRAFOS, 5, Curitiba, 1994. Anais.

SERGIPE'S NORTHERN COAST: HISTORY AND SOCIOECONOMIC PERSPECTIVES

Abstract: *Sergipe's Northern Coast, defined in this paper by the counties of Barra dos Coqueiros, Pirambu, Pacatuba and Brejo Grande, is an area with serious social and economic problems that came from State of Sergipe colonization. Generally it presents its lands used in a unsuitable way and the predominance of economic activities linked to primary section. Vegetation and mineral extractive activities are inexpressive. Fishing just deserves prominence in the county of Pirambu, whereas is decadent in other areas. Land domains highly absorbed, scarce road systems and weak economy have been contributing to a great people escape in the area. Thus, this paper seeks to analyze the space organization throughout Sergipe's Northern Coast, looking for a historical context from the colonial period to nowadays, characterizing the area by physical and socioeconomic aspects.*

Keywords: *Sergipe's Northern Coast; History; Perspectives*